

**AO JUÍZO DAS VARAS DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXX - DISTRITO FEDERAL.**

<b>TRAMITAÇÃO PRIORITÁRIA - ARTIGO 1.048 DO CPC - IDOSO</b>
---

**FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, filha de Pai de Tal e Mãe de Tal, portadora do RG nº XXXXXX, inscrita no CPF sob nº. XXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXX, telefones: XXXX-XXXX e XXXX-XXXX, endereço eletrônico XXX, vem, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL** (parágrafo único, do artigo 16 da Lei n.º 1.060/50 e inciso III, do artigo 4º da lei Complementar nº 80/94), com fulcro nos artigos Código Civil e nos artigos 294 e 747 do Código de Processo Civil e artigo. 1.767 do Código Civil, propor a presente

**AÇÃO DE INTERDIÇÃO  
(com pedido liminar)**

em face de **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, filha de Pai de tal e Mãe de tal, portadora do R.G nº XXXXXXXXX, inscrita no CPF sob o nº XXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, telefones: XXXX-XXXX e XXXX-XXXX, face aos fatos e fundamentos a seguir declinados:

**DOS FATOS**

A requerente pleiteia a interdição de sua mãe, **FULANO DE TAL**, em razão de ela apresentar quadro clínico caracterizado com déficit cognitivo, desorganização do pensamento, desorientação temporo-espacial, Síndrome demencial estando em estágio avançado do processo demencial, apresenta ainda déficit visual importante, CID: HD-F03, não tendo a

interditanda condições de se prover sozinha ainda necessitando de cuidados especiais, conforme relatório médico expedido pela Secretaria de Estado de Saúde/DF, ora colacionado.

A requerente assumiu a responsabilidade de cuidar dos interesses de sua mãe, buscando proporcionar a interditanda uma vida mais confortável na medida do possível, sempre zelando para que ela tenha todos os cuidados necessários para uma vida digna e feliz, apesar de suas debilidades.

Contudo, como era inevitável, a requerente tem enfrentado dificuldades para cuidar dos interesses de sua mãe, por não ser a sua representante legal, restando, no momento, impossibilitada de administrar a pensão por morte a que a interditanda tem direito junto ao Instituto Nacional do Seguro Social- INSS, bem como administrar a conta previdência social nº XXXXXXXX, agência nº XXXXXXXX, junto ao Banco xxxxxxxx, conforme documento ora colacionado.

Cumpre informar que além da requerente, a interditanda não possui bens e tem mais XX (XXX) filho, XXXXX, o qual anuiu com o pedido de interdição ora formulado pela requerente.

Não obstante as limitações da interditanda, até a presente data, não teve sua incapacidade submetida ao crivo do Judiciário.

## **DO DIREITO**

### **Da Curatela**

A curatela é uma proteção ao incapaz maior de idade. Constitui, na verdade, o aludido instituto em um encargo público conferido pela lei a alguém, para, com acuidade, reger a pessoa e administrar os bens de quem não pode fazê-lo por si mesmo.

O Código Civil dispõe, no art. 1.767, que estão sujeitos a curatela:

“I – aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil; [...]”.

Impende salientar que a intenção do legislador foi proteger as pessoas com necessidades especiais, assim, o que importa, efetivamente, é saber se a enfermidade ou deficiência existe ou não e, se positivo, em que grau e extensão compromete o exercício da vida civil pela pessoa.

Presentes os requisitos para a nomeação, da requerente como curadora da interditanda, a procedência do pedido é medida que se impõe.

### **Da Tutela de urgência**

É incontroverso que a tramitação até o provimento final da tutela jurisdicional enseja uma ansiedade contundente na parte.

No caso em tela, teme a requerente pela espera do resultado final, em razão da necessidade de administrar a pensão por morte a que a interditanda tem direito junto ao Instituto Nacional do Seguro Social- INSS, bem como administrar a conta previdência social nº XXXXXXXXX, agência nº XXXXXX, junto ao Banco xxxxxxxxxxxx, dada a necessidade de subsistência da incapaz, uma vez que a requerente é pessoa de poucos recursos, sendo a referida pensão por morte imprescindível à manutenção da interditanda.

Ademais, a regular tramitação do processo pode ser cruel a incapaz, pois, por certo, será privada em suas necessidades básicas.

Dos fatos acima descritos e documentos acostados, restam clarividentes os requisitos exigidos pelo art. 300 do CPC Tutela de Urgência, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Com o fim de assegurar a manutenção da interditanda durante o desenvolvimento do processo, a tutela de urgência antecipatória é medida de justiça imprescindível.

## **DO PEDIDO:**

***Ex positis***, vem, respeitosamente, perante V. Exa., requerer:

- a) a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, em conformidade com artigo 98 e ss do CPC e das disposições da Lei 1.060/50;
- b) a tramitação prioritária do feito, por ser a requerida pessoa idosa (XX anos de idade), em conformidade com o artigo 1.048 do CPC, com redação dada pela Lei nº 12.008/2009;
- c) deferido o pedido liminar, nomeando-se a requeute como curadora provisória da interditanda (art. 749, parágrafo único do CPC);
- d) a intimação do ilustre membro do Ministério Público
- e) a citação da interditanda, para, em dia designado, comparecer para audiência de entrevista minuciosa do art. 751 do CPC, podendo o interditando impugnar o pedido no prazo de XX (XXXX) dias, em conformidade ao art. 752 do CPC;
- f) caso o interditando não constitua advogado, seja nomeada a Defensoria Pública para curadoria especial, admitindo-se a intervenção de eventuais companheira ou parentes sucessíveis como assistentes;
- g) a realização de prova pericial, alinhada no art.753 do CPC;
- h) confirmando-se a liminar, pugna pela procedência do pedido, para que a incapaz tenha a sua interdição decretada, e seja a requerente nomeada sua curadora, devendo a

sentença ser averbada no Cartório de Registro Civil competente e disponibilizada no sítio do TJDF e CNJ, bem como seja publicada no órgão oficial, consoante disposição do art. 755, § 3º do CPC.

DAS PROVAS: Por fim, requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito permitidos, especialmente pela juntada dos documentos acostados à presente exordial e pelo depoimento da Requerida, inclusive oitiva de testemunhas.

Dá à causa o valor de R\$ XXXX (XXXXXXXXXX).

Pede Deferimento.

XXXXXX/DF, XX de XXXXXX de XXXX.

---

**Requerente**

---

**Defensor Público do Distrito Federal**

**DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA DE RENDA**

**FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, filha de Pai de Tal e Mãe de Tal, portadora do RG nº XXXXXXXX, inscrita no CPF sob nºXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXX, telefones: XXXXXXXX e XXXXXXXX, declara com a finalidade de obter a gratuidade da justiça (Lei n.º1060/50), que não possuem condições econômicas e financeiras de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo próprio ou da família, estando ciente de que, se falsa for esta declaração, incorrerá nas penas do crime do art.299 do Código Penal (falsidade ideológica), além do pagamento de até 10 (dez) vezes o valor das custas judiciais sonegadas (§ 1º, do art. 4º da Lei n.º 1060/50).

Declaram, ainda, estar ciente de que, ocorrendo mudança de endereço, esta tem que ser imediatamente comunicada ao juízo.

Outrossim, compromete-se a comparecer quinzenalmente ao fórum e/ou à Defensoria Pública para acompanharem ou dar andamento ao processo, ficando ciente de que, nos termos do inc. III, do art. 267 do Código de Processo Civil, o processo poderá ser extinto sem julgamento do mérito quando o autor deixar de promover os atos e diligências que lhe competir.

XXXXXXX/DF, XX de XXXXXXX de XXXX.

---

**Requerente**

---

**Defensor Público do Distrito Federal**